



Os moradores temem o surgimento de espigões

Jardim da Penha exige modificações no PDU

Uma legislação específica para Jardim da Penha. É o que pretendem os moradores do bairro, em protesto contra a permissão — prevista no Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU) — para a construção de prédios de até quinze andares naquela área. A decisão foi tomada durante a reunião realizada na quinta-feira à noite, a partir de 20h30m, nas dependências do Clube 106. Participaram cerca de 60 proprietários de imóveis em Jardim da Penha, técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e três vereadores — Stan Stein, Gibson Muniz e Beth Osório.

Segunda-feira, no mesmo horário e local, os moradores voltam a se reunir. Será o terceiro encontro de uma série que visa definir uma política que praticamente impeça, com a aprovação do PDU, que os prédios acima de quatro pavimentos sejam construídos no bairro Jardim da Penha, denominado tecnicamente de ZR4-004 (Zona Residencial 4, setor quatro) dentro do projeto que visa determinar normas para o ordenamento urbano da cidade. A reunião de quinta-feira foi aberta por um dos moradores, Rodolfo Luiz Dalla Bernardina, ligado à Pastoral da Igreja e que fez uma explanação para os participantes sobre os prédios que poderão ser erguidos na área.

Além de preocupados com o crescimento desordenado do bairro, alguns dos moradores estão apreensivos com a possibilidade de se repetir em Jardim da Penha o fenômeno verificado na Praia do Canto, onde alguns proprietários de imóveis foram expulsos de seus terrenos à medida que os espigões surgiram, conforme colocou um dos participantes da reunião — assistida, em sua maioria, por funcionários da Companhia Vale do Rio Doce e bancários. Um técnico do IJSN, Fernando Betarello, fez alguns esclarecimentos sobre o modelo de assentamento destinado para o bairro. Para ele, da forma em que se encontra o Plano Diretor Urbano não há problemas nenhum de superpopulação, pois a verticalidade do prédio será compensada por um número menor de apartamentos — devido ao coeficiente de aproveitamento do terreno, que deverá obedecer a uma proporcionalidade que possibilite a existência de áreas livres em volta de cada imóvel, destinadas ao lazer e conservação do verde e que também facilitem a aeração do edifício.

Durante a sua fala, ele lembrou que, da forma que a atual legislação se encontra, sempre será possível aos empresários da construção civil conseguir uma interpretação diferente da real, possibilitando blocos compactos de apartamentos, como o conjunto Atlântica Ville, de seis andares. Edifícios esses que, no entender do técnico do Instituto Jones dos Santos Neves, são mais prejudiciais que os prédios de 12 andares separados, obrigatoriamente por áreas de ventilação.

Além da preocupação com a sombra que esses prédios vão projetar na praia, os moradores reunidos na quinta-feira têm uma apreensão maior: o crescimento desordenado, que eles acreditam vá acontecer, deverá provocar dificuldades para a rede de esgotos construída com base em uma projeção populacional de prédios de três andares. Um estudo do vereador Rui Crespo revelou que cada edifício construído irá abrigar cerca de 900 pessoas que despejarão diariamente na praia de Camburi 144 mil litros de dejetos, condenando dentro de alguns anos a praia. Eles não acreditam que a Cesan tenha infra-estrutura e condições financeiras suficientes, para, a curto prazo, ampliar o sistema de esgotos do bairro. Temem também que o abastecimento d'água entre em colapso com a possível triplicação da população.

Uma outra preocupação dos moradores é com a descaracterização do bairro, dominado atualmente por sobrados, pequenos prédios e casarões. Eles temem também que os proprietários de residências unifamiliares, pressionados por grandes grupos da construção civil, acabem vendendo seus imóveis, que, demolidos, cederiam lugar aos espigões. Daí a preocupação que atinge alguns deles que, antes moradores da Praia do Canto, foram obrigados a procurar um lugar mais tranquilo para morar, fugindo da proximidade dos prédios. Ao final da reunião os moradores foram em comissão à residência do presidente da Câmara, Arnaldo Pinto da Vitória, que reside em Jardim da Penha, solicitar que ele protelasse a discussão e votação do Plano Diretor Urbano de Vitória até que eles encontrem uma fórmula de criar uma legislação específica para o bairro. E que seria apresentada através de emenda pelos vereadores Stan Stein, Gibson Muniz e Beth Osório ao PDU.